

ORGANIZAÇÃO

LookCrim

SEGURANÇA URBANA

BOAS PRÁTICAS PARA A
PREVENÇÃO CRIMINAL

PACTOR

EDIÇÃO

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
www.pactor.pt

Copyright © 2021, PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação

® Marca registada da FCA PACTOR Editores, Lda.

ISBN eBook: 978-989-693-139-1

1.ª edição eBook: outubro 2021

DOI: <https://doi.org/10.54670/NZUH5479>

Paginação: Carlos Mendes

Capa: PACTOR

Imagem de capa: © Depositphotos

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.pactor.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.

Face ao formato deste e-Book, é preferível, por ser mais confortável, a leitura em computador do que em dispositivo móvel.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PTDC/DIR-DCP/28120/2017

This work is financed by National Funds through FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia under the project PTDC / DIR-DCP / 28120/2017



SEGURANÇA URBANA

BOAS PRÁTICAS PARA A PREVENÇÃO CRIMINAL

LAURA M. NUNES
ANA SANI
VANESSA AZEVEDO
MARIANA MAGALHÃES
RUI LEANDRO MAIA
PEDRO FREITAS
RUI ESTRADA
SÓNIA CARIDADE
MARIA JOÃO GUERREIRO
FELIZ GOUVEIA
GISELA OLIVEIRA
MARIA ALZIRA P. DINIS



www.pactor.pt

AGRADECIMENTOS

Uma das metaquestões muito debatidas no domínio da ciência diz respeito justamente à utilidade dos conhecimentos científicos.

Não sendo agora o nosso objetivo contribuir para esta discussão, podemos, todavia, afirmar que um manual de boas práticas, como este que se apresenta, é sempre uma resposta para esta intrincada problemática.

Na verdade, o desígnio do “manual” é conciliar, ajustar, uma produção científica teórica com uma atividade empírica aplicada a um dado domínio do saber. Sempre foi esse o desiderato do projeto *Looking at Crime: Communities and Physical Spaces* (LookCrim), que procuramos relevar nesta publicação.

O leitor estará, neste momento, a questionar o cabimento desta reflexão numa secção de agradecimentos. Explicamos: ao agradecer, como faremos de seguida, a instituições de natureza académica/ /científica, mas também a organizações que trabalham no terreno, estamos justamente a envolver os dois lados da ciência: o conceptual e o prático. É esta cooperação que nos faz avançar e que também permite que a sociedade *latu sensu* compreenda a importância do conhecimento e da evidência.

Nesta perspetiva, e neste sentido, estamos muito gratos a todos os organismos que tornaram possível a concretização do Projeto LookCrim, nomeadamente a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa (FFP), a Universidade Fernando Pessoa (UFP), a União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, o Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública e a Câmara Municipal do Porto.

Sem o apoio e o saber destas instituições, o LookCrim, enquanto projeto pensado pela equipa do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da UFP, teria “ficado pelo caminho” e este *manual* não teria vindo à luz.

Um bem-haja a todos.



ÍNDICE

Os Autores	V
Sobre este Manual	VII
Estrutura e Conteúdos	X

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL 1

1.1	SEGURANÇA, POLICIAMENTO E AGENTES DA ORDEM	1
1.2	DIAGNÓSTICOS LOCAIS DE SEGURANÇA	3
1.3	OS ESPAÇOS E A PREVENÇÃO CRIMINAL	8

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO LOOKCRIM 10

2.1	ENQUADRAMENTO DO PROJETO	10
2.2	DIAGNÓSTICO LOCAL DE SEGURANÇA (DLS)	11
2.3	DIAGNÓSTICO DO MEIO ESCOLAR (DME)	12
2.4	ESTATÍSTICAS OFICIAIS	13
2.5	ANÁLISE ESPACIAL	14

CAPÍTULO 3

INTERVIR PARA PREVENIR 16

3.1	INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	16
3.1.1	A POPULAÇÃO	17
3.1.2	OS REGISTOS OFICIAIS DO CRIME – DO CONTROLO FORMAL E INFORMAL	23
3.1.3	OS ESPAÇOS	25

Notas Conclusivas	29
Referências Bibliográficas	31

OS AUTORES

Ana Sani

Docente na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Co-Investigadora Responsável do projeto LookCrim¹. Membro integrado do Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho (CIEC-UM).

Feliz Gouveia

Docente da Universidade Fernando Pessoa. Desenvolve investigação na área de Ciência de Computadores e Inteligência Artificial. Investigador do projeto LookCrim¹.

Gisela Oliveira

Engenheira Química. Atualmente é investigadora na Unidade FP-ENAS da Universidade Fernando Pessoa (UFP) onde integra também a equipa do projeto LookCrim¹. As áreas de investigação relacionam-se com a Engenharia do Ambiente com ênfase na Sustentabilidade e nas condições de vida em Ambiente Urbano.

Laura M. Nunes

Docente na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Investigadora Responsável do projeto LookCrim¹. Membro integrado do Centro de Investigação em Justiça e Governação da Universidade do Minho (JusGov-UM).

Maria Alzira P. Dinis

Professora Associada na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Investigadora do projeto LookCrim¹. Desenvolve investigação nos domínios do Ambiente e Sustentabilidade.

Maria João Guerreiro

Docente na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Investigadora do projeto LookCrim¹. Desenvolve investigação nos domínios dos Sistemas de Informação Geográfica.

¹ LookCrim – *Looking at crime: Communities and Physical Spaces* (PTDC/DIR-DCP/28120/2017).

Mariana Magalhães

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Complutense de Madrid. Investigadora do projeto LookCrim¹.

Pedro Freitas

Docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Membro Integrado do *Católica Research Centre for the Future of the Law*. Desenvolve investigação nos domínios das Ciências Jurídico-Criminais e do Direito e Tecnologia.

Rui Estrada

Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Investigador integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Prémio Pen Club Ensaio 2002. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8076-6692>

Rui Leandro Maia

Docente na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Membro do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC-UFP) e Investigador no projeto LookCrim¹.

Sónia Caridade

Docente na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Perita Forense no Instituto Nacional de Medicina Legal. Investigadora Integrada no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL).

Vanessa Azevedo

Investigadora contratada no projeto LookCrim¹ na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Desenvolve investigação nos domínios da Vitimologia e Segurança.

SOBRE ESTE MANUAL

Podemos assumir que as boas práticas integram um conjunto de procedimentos sequenciais, de técnicas, processos, atividades e ações que se identificam como decorrentes de análises eficazes e bem-sucedidas, as quais, em determinada área do conhecimento ou domínio, se apresentam como as mais indicadas para a realização de determinada tarefa e/ou para a persecução de determinado objetivo. Impõe-se, de facto, uma ideia de repartição teoria/prática, sendo as boas práticas algo a que muito se tem aludido como referência central, nos campos profissional e formativo. Acresce, contudo, que apenas se desenvolvem boas práticas mediante o conhecimento de boas teorias (Bourdieu, 1972), o que vem também reforçar a importância deste livro.

Neste caso, o que se segue não é mais do que um manual de boas práticas tendo em vista a prevenção criminal numa área nobre da cidade do Porto – o Centro Histórico –, atendendo a observações realizadas naqueles espaços, bem como a dados relativos aos registos criminais e ao autorrelato obtido através de um inquérito psicossocial. Tais informações foram obtidas, evidentemente, através do desenvolvimento do *Looking at Crime – Communities and Physical Spaces* (LookCrim), um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a referência PTDC/DIR-DGP/28120/2017.

Assim, o presente livro foca-se na apresentação sumária de práticas redutoras/preventivas do crime que, decorrentes dos resultados alcançados pelo projeto LookCrim, e atendendo às conclusões aí alicerçadas, poderão vir a contribuir para melhorar a área em apreço – o Centro Histórico do Porto – e todas as áreas urbanas, na cidade do Porto e noutras, que, de alguma forma, possuam algumas similaridades.

O manual começa por apresentar muito brevemente alguns pontos centrais, como os seus objetivos, a população a que se destina, a sua estrutura e um breve resumo dos seus conteúdos.

O **Capítulo 1** é essencialmente dedicado a um enquadramento conceptual do projeto que lhe deu origem, bem como do que se seguirá em termos de sugestões de boas práticas.

Seguidamente, no **Capítulo 2**, apresenta-se muito sumariamente o desenvolvimento do projeto LookCrim, sob a perspetiva da avaliação comunitária desenvolvida ao longo dos seus três anos de duração, referindo-se também os diferentes aspetos que integraram cada um dos seus vértices focais.

O **Capítulo 3** centra-se nas sugestões de intervenção naquela área urbana, num modelo naturalmente adaptável e aplicável a outras zonas urbanas centrais de outras cidades.

Por fim, este manual fecha com as notas conclusivas.

DESTINATÁRIOS

Este manual destina-se, essencialmente, aos/às profissionais e alunos/ /as ligados/as às questões da segurança e do urbanismo, como profissionais das áreas da criminologia, da sociologia, da psicologia da justiça, da arquitetura, da engenharia civil, das forças policiais e dos poderes autárquicos, não esquecendo as pessoas que, como os/as técnicos/as do Instituto de Segurança Social, por exemplo, atuem num domínio das ciências humanas e sociais em que possam também lidar com as questões da criminalidade e da vitimação.

OBJETIVOS

No que se refere aos objetivos deste manual, pretende-se, genericamente, sensibilizar poderes locais, alunos/as e profissionais dos domínios anteriormente referidos, no sentido da adoção de práticas facilitadoras da prevenção criminal.

Mais especificamente, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Sensibilizar para o facto de ser necessária uma avaliação local eficaz e cientificamente fundamentada, de modo a tornar possível a planificação de atuações igualmente locais e específicas de prevenção criminal;
- Estimular a implementação de condições favorecedoras da prevenção criminal, partindo dos resultados e das conclusões alcançadas pelo projeto LookCrim, desenvolvido na área urbana da união das antigas freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória;
- Implementar práticas preventivas do crime atendendo a três vértices fulcrais:
 - Estatísticas oficiais do crime;
 - Diagnóstico Local de Segurança (DLS) e Diagnóstico do Meio Escolar (DME);
 - Características dos espaços físicos daquela área urbana.

ESTRUTURA E CONTEÚDOS

Para que o/a leitor/a tenha uma noção prévia do que se seguirá, importa expor a estrutura e a distribuição da informação ao longo deste livro. Assim, este manual é composto por um texto introdutório e três capítulos e terminando com notas conclusivas. A secção “Sobre este manual” resume o que norteou a redação global do manual, nomeadamente com a descrição (breve, mas concreta) de objetivos, destinatários e eventuais pessoas interessadas, estrutura e conteúdos explorados ao longo do livro.

Já no que se refere aos capítulos, começa-se pelo **Capítulo 1** de conceptualização/ enquadramento teórico, do qual fazem parte três pontos centrais:

- Relativo à segurança, policiamento e agentes da ordem pública;
- Relacionado com o Diagnóstico Local de Segurança (DLS), bem como com a informação daí retirada e a sua aplicação;
- Respeitante ao foco sobre os espaços, as suas características e o seu papel na prevenção criminal.

Passando para o **Capítulo 2**, o foco recai na avaliação comunitária desenvolvida pelo projeto LookCrim, atendendo aos vetores constituintes dos três vértices em que se repartiu a recolha de dados:

- As estatísticas oficiais do crime naquela área da cidade;
- Os dados obtidos por autorrelato através do inquérito por questionário, com recurso ao referido DLS e ao designado DME;
- A análise espacial mediante a técnica da observação e com o suporte de uma aplicação informática.

No que concerne ao **Capítulo 3**, procura-se apresentar uma perspectiva interventiva, no sentido em que se apontam medidas de prevenção criminal a implementar no terreno e que são definidas em função dos resultados e das conclusões extraídas do projeto LookCrim.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Este é o momento de se contextualizar teórica e conceptualmente este manual, que, sendo focado essencialmente na prática, carece de um enquadramento que oriente a subsequente apresentação das medidas que poderão ser implementadas no terreno, atendendo às características do Centro Histórico do Porto, mas também, em traços centrais adaptáveis a outros centros urbanos.

Começemos pela segurança e pelo policiamento a desenvolver pelos agentes responsáveis pela ordem, passando-se, depois, ao que diz respeito ao levantamento de informação referente aos designados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS) e, de seguida, ao foco sobre os espaços e respetivas características passíveis de ser revistos e trabalhados neste contexto da prevenção criminal.

1.1 SEGURANÇA, POLICIAMENTO E AGENTES DA ORDEM

A segurança, a perceção da mesma e o policiamento apresentam, inevitável e indubitavelmente, pontos de ligação. Concomitantemente, estão de igual forma ligados aos agentes da ordem e respetiva atuação.

Ainda hoje, pode referir-se a afirmação de Newburn (2008), mais de uma década depois, acerca de ser tão fácil questionar a respeito do policiamento futuro, mas tão difícil encontrar uma resposta para tal

questão. Na verdade, esta dificuldade prende-se com o facto de, futuramente, e de acordo com Prislán e Lobnikar (2019), o sucesso do policiamento assentar essencialmente na capacidade de implementação de estratégias adequadas e flexíveis que possam ser adaptáveis às exigências e às necessidades de entidades parceiras locais e comunidades em que esse modelo de policiamento ocorre.

Importa, mais do que questionar sobre as mudanças que se impõem, conhecer as drásticas alterações sociais que se têm verificado, nomeadamente entre o fim do século xx e o início do século xxi, e que se traduzem, e traduzirão, em drásticas e imperativas alterações a operar nas organizações policiais e nas suas modalidades de ação (Newburn, 2008).

A polícia moderna, nos moldes em que, em certa medida, ainda hoje se apresenta, terá emergido entre os séculos xviii e xix, pelos anos de 1760/1830, mediante um processo que se desenvolveu face aos desafios que, na altura, se colocavam às cidades, então num frenético crescimento (Villiers, 2009). Também agora se vivem momentos de grandes mudanças, com mais movimentos populacionais do que nunca, com alterações demográficas drásticas e com exigências que impõem que os processos de policiamento das democracias modernas se sustentem na Lei e na salvaguarda dos direitos humanos. Portanto, enquanto instituição, a polícia tem de se adequar constantemente, atendendo a uma pesada carga de tarefas administrativas que possibilitem o seu encontro com o imposto por fatores económicos, sociais, políticos, demográficos e tecnológicos (Legrand & Bronitt, 2012).

Por tudo quanto até agora foi referido, a manutenção da segurança e da ordem não se apresenta como tarefa fácil, quer para a polícia enquanto instituição, quer para os/as polícias como agentes de segurança, quer no que toca aos modelos por aqueles/as seguidos nas suas ações de vigilância e garantia da ordem pública. Importa, portanto, fazer a distinção entre uns e outros, podendo considerar-se o

termo “polícia” associado a pólis ou cidade, como organismo que deve gerir-se atendendo às necessidades de ordem pública, moralidade, salubridade e abastecimento. Efetivamente, os romanos serviram-se do termo “politeia” (*res publica*) para usarem a denominação de *politia*, derivada de pólis (Monet, 2006), pelo que cidade, política e polícia estão claramente “de mãos dadas”.

O/a agente de polícia, também designado/a por policial, representa a polícia enquanto instituição e é familiar ao/à cidadão/ã das modernas sociedades. Este/a último/a reconhece perfeitamente o/a agente de polícia, apesar de, não raras vezes, confundir o papel do/a agente com o da instituição por ele representada. Também o policiamento, enquanto processo, é, por vezes, confundido com polícia, enquanto organização, sendo que o primeiro se traduz no processo pelo qual se deteta, identifica e previne o crime, envolvendo diversas pessoas individuais e organismos (Mawby, 2011), e o segundo mais não é do que a organização responsável por uma série de serviços que ultrapassam os meramente ligados ao crime e que tem como principal tarefa manter a ordem instituída (Mawby, 2000).

1.2 DIAGNÓSTICOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Durante muito tempo, a segurança era mantida pelas comunidades, sendo, muitas vezes, feita justiça através das frequentes “disputas de sangue”, envolvendo vítima, familiares e outros membros da comunidade. Não raras vezes, o patrulhamento das ruas era realizado por habitantes de determinado local, o que acabou por, com o tempo, conduzir à formação de grupos de vigilantes, mais estruturados, que obedecem a uma certa organização de base (Rawlings, 2011) e, saliente-se, asseguram mesmo as conhecidas rondas noturnas, entre delegados/as e outros/as vigilantes para tal nomeados/as (Lane, 2003). Desde a Antiguidade que se tem vindo a procurar encontrar soluções e responsáveis pela manutenção da ordem instituída, tendência esta

que foi levando ao que, atualmente, entendemos por polícia e policiamento, sempre com vista à manutenção da segurança das pessoas e dos seus pertences (Emsley, 2021).

No século xx, a organização desses corpos de segurança então adaptados aos avanços tecnológicos, sociais e demográficos (Reiss, 2003), e, tanto na Europa como na América do Norte, fortes e marcadas mudanças de cariz social e económico implicaram um aumento da organização e da estruturação dos que zelavam pela segurança das populações, num movimento de adaptação aos tempos modernos. Neste contexto, em Londres, Sir Peel introduziu a ideia de uma nova e mais pacificadora polícia, mais próxima das comunidades e dos seus problemas, num registo de corresponsabilização de todos/as pela segurança comum e individual (Fisher & Green, 2004). Nesta lógica, e antecipando-se a ideia ainda hoje valorizada de uma polícia próxima e cooperante com os/as cidadãos/ãs, passou a ver-se a polícia organizada de forma a prevenir o crime e os desactos, com um poder dependente da aprovação e do respeito alcançado junto das comunidades, sendo que o grande desafio colocado aos/às agentes de segurança seria a ausência de crime, por força da sua prevenção (Miller, Hess & Orthmann, 2011).

A partir daí, a valorização da prevenção criminal e do envolvimento das comunidades num jogo de aproximação polícia-cidadão/ã não parou de crescer. Ora, é precisamente com base neste imperativo de aproximação que se funda a ideia de conhecer a perceção dos/as cidadãos/ãs locais sobre o crime, a segurança e a ação policial. Está-se, portanto, no domínio do desenvolvimento dos designados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS).

Entendam-se os DLS como algo que resulta de uma avaliação que possibilite, de forma adaptada localmente, um conhecimento partilhado das dificuldades e dos problemas de uma comunidade específica, implicando o fortalecimento da resolução de tais dificuldades mediante objetivos comuns e claros, bem como a definição de

medidas que permitam alcançar as transformações necessárias à resolução dos problemas prioritários. O DLS constitui, portanto, algo que deve ser alvo de revisão e adaptação permanentes, já que as dinâmicas subjacentes à (in)segurança mudam frequentemente. Trata-se do resultado de uma avaliação que integra o triângulo entre DLS/Estratégia(s)/Ação e que constitui o centro da prevenção criminal (Direção-Geral de Administração Interna [DGA], 2009). Dito de outra forma, o DLS mais não é do que uma avaliação comunitária muito específica e focada num determinado domínio respeitante a uma comunidade particular e localmente acessível, cujo tratamento da informação obtida possibilita aos investigadores o acesso às necessidades, aos obstáculos, aos problemas e aos recursos das entidades parceiras que se insiram nessa comunidade (Sani & Nunes, 2013).

A ideia do DLS surgiu do foco sobre a prevenção do crime e da vitimação para gerar comunidades mais seguras e, por conseguinte, mais saudáveis, promotoras da inclusão, do desenvolvimento e do envolvimento comunitários (Nunes, 2016). O que se pretende, efetivamente, é seguir as seguintes **recomendações** (United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], 2008):

- Promover o bem-estar com o desenvolvimento de **ações encorajadoras de condutas prossociais**, designadamente entre crianças e jovens;
- Reduzir as oportunidades de crime através do **incremento de riscos para quem o cometa**, por meio da reanálise de espaços e de ações de informação a prestar às populações locais;
- **Atender às áreas comuns e comunitárias que afetem os comportamentos e alterem a perceção de insegurança**, mediante envolvimento e compromisso com os locais;
- **Reinsere socialmente**, num movimento de prevenção da reincidência criminal.

Dos DLS é possível extrair a informação que possibilite a intervenção na comunidade avaliada, levando ao estabelecimento dos designados Contratos Locais de Segurança (CLS), que mais não são do que um acordo de cooperação para o desenvolvimento e a implementação de medidas ajustadas de prevenção do crime e de todas as condutas que atentem contra as pessoas, a sua integridade e a dos seus bens. São, em boa verdade, o que se pode considerar como a materialização do conceito atual de segurança, expresso mediante a modalidade de policiamento de proximidade (DGAI, 2009).

Ora, assim apresentados, os DLS fazem todo o sentido, sobretudo em comunidades e espaços tão particulares como os centros das grandes cidades, nomeadamente na Europa. Neste sentido, os Centros Históricos – que, em Portugal, são diariamente palmilhados por milhares de pessoas, entre turistas, residentes, alunos/as e trabalhadores/as no local – devem ser destacados. Estes vão sendo abandonados num registo de desertificação progressiva por parte das populações que aí residiam.

Na verdade, os DLS são essenciais para a definição de planos de prevenção criminal, e, note-se, a demonstrá-lo estão as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004), especificamente no respeitante à prevenção criminal urbana.

No que toca ao tratamento local de problemas (e atendendo à resolução Ecosoc 1995/9) –, a criminalidade urbana caracteriza-se por múltiplos fatores, formas e manifestações, exigindo respostas de nível local mediante um **plano integrado** que deve atender:

- Ao desenvolvimento de um **levantamento local do fenómeno criminal** das suas características e do que o desencadeia, para fins de diagnóstico;
- À **identificação dos atores sociais relevantes**, quer para a realização do diagnóstico quer para as medidas de prevenção e combate ao crime, como, por exemplo, poderes locais e representantes comunitários;

- À criação/gestão de mecanismos facilitadores do **estabelecimento de contactos conducentes a troca de informação**, trabalho de cooperação e estratégia coerente; À busca e à definição de **respostas e soluções localmente estabelecidas** para os problemas locais identificados.

Acresce que, de acordo com a mesma fonte, um plano integrado de prevenção criminal implica a consideração das **etapas/tarefas** seguintes:

- **Definição da natureza** e da **tipologia de crime**, consideração de todos os **fatores relacionados**, direta e/ou indiretamente, dos **objetivos** a alcançar e do **tempo** de que se dispõe para tal e das **ações a implementar** e dos responsáveis pelas mesmas;
- **Inclusão de diversos/as atores/atrizes sociais**, como assistentes sociais, agentes educacionais, comunitários/as e de saúde, bem como representantes políticos, sociais, económicos e mediáticos/as da comunidade;
- **Atenção à relevância de relações** familiares, intergeracionais, de educação, religião, valores, urbanismo, assistência governamental e comunitária, saúde e uso/abuso de drogas;
- **Consideração de prevenção de diversos níveis**, como a prevenção primária e a de reincidência criminal.

Ora, como facilmente se compreenderá, o conjunto de ações e medidas conducentes a tais níveis de prevenção necessitará, evidentemente, de análises que passem pela auscultação das pessoas em busca das suas perceções e experiências e também pela análise do envolvente físico e dos espaços onde tudo se passa em determinada comunidade. Assim sendo, impõe-se a análise espacial, atendendo ao que internacionalmente se considera como característica espacial potenciadora (ou preventiva) do crime.

1.3 OS ESPAÇOS E A PREVENÇÃO CRIMINAL

Atualmente, e cada vez mais, as nossas cidades são alvo de análise tendo em vista a implementação de medidas decorrentes do que se tem vindo a desenvolver no domínio dos designados programas focados em Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED), que se ancoraram nas ideias de Jeffery (1977), numa vertente inicialmente focada nas características espaciais (por exemplo, Newman, 1972) e também associada às motivações do crime nos planos social, ecológico e cognitivo, não estando inteiramente fechado o patamar dos designados CPTED de primeira geração (Jeffery, 2000). O fundamento, e ponto central, desta primeira geração de CPTED assentava, essencialmente, nas características da territorialidade e dos espaços físicos (Saville & Cleveland, 2008).

A chamada segunda geração de CPTED, já abarcando a vertente comunitária, e não apenas a das características físicas, acrescentou novos focos de atenção e novos termos neste domínio, como “vigilância social” e “vigilância de bairro” (por exemplo, Murray, 1983), bem como conceitos de central importância, presentes na teoria das atividades rotineiras (Cohen & Felson, 1979). Numa vertente mais recente, a de CPTED de terceira geração, integra-se o componente da distribuição do crime mediante a consideração dos mais atuais avanços da tecnologia, bem como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (Chainey & Ratcliffe, 2013).

A ideia que se tem vindo a desenvolver, a ponto de apresentar já três gerações que partiram da base de que os comportamentos são afetados pelas envolventes espacial, comunitária, social e cultural, remete para a necessidade de se gerarem locais mais seguros e nos quais as pessoas percecionem mais segurança. A base do **planeamento espacial** desenhado para a segurança assenta, claramente, na já sobejamente conhecida *3D Approach*. Assim, e de acordo com Atlas (2008), importa atender ao desenho espacial, bem como ao uso e ao

tipo de frequência desse espaço, não esquecendo as três funções dos espaços (3D):

- **Designation:** remete para o propósito e a intenção de utilização desse espaço;
- **Definition:** diz respeito a como é designado esse espaço, não esquecendo de se referir como é definido o espaço em termos sociais, culturais, psicológicos e legais, no âmbito do seu uso;
- **Design:** relacionado com a possibilidade de esse espaço reunir condições que suportem, proporcionem e garantam comportamentos, ou intenções comportamentais, para os quais o espaço foi pensado.

De acordo com o mesmo autor, importa atender também ao desafio que se coloca à atual arquitetura e às modernas sociedades que se querem livres e protegidas (Atlas, 2008). Para tal, é fundamental definir clara e concretamente objetivos em função do que se planeia e constrói. Nomeadamente, é imperativo que as grandes **metas** traçadas sejam:

- **Especificamente definidas** sobre que crimes, de forma concreta e objetiva, se pretende reduzir e a que resultados se pretende chegar;
- **Mensuráveis e replicáveis**, resultando em formas de avaliação de pós-ocupação dos espaços/locais;
- **Exequíveis e alcançáveis**, mediante a obtenção de resultados claramente estabelecidos/definidos por ações passo a passo;
- **Realistas, bem sustentadas e com base científica;**
- **Sequencial e temporalmente definidas**, seguindo uma ordem de passos/fases de ação.

O desafio é, portanto, tão exigente quanto complexo e multifacetado. Mas, certamente, oferecerá novas e melhoradas formas de pensarmos as nossas cidades e localidades, tendo em vista um desenvolvimento que se quer cuidadosa e preventivamente protegido.

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO LOOKCRIM

É chegado o momento de passar à apresentação do que foi avaliado para se chegar às práticas que, no Centro Histórico do Porto (como noutros centros urbanos), se podem adaptar a fim de se trabalhar a prevenção criminal.

De facto, as cidades apresentam algumas similaridades a nível dos seus centros históricos, o que pode levar a uma possível adaptação do que aqui foi realizado e concluído, de modo a enquadrar outros contextos. Neste caso, fez-se um levantamento de múltipla informação, que possibilitou a avaliação da comunidade sobre vários aspetos e a partir de distintas fontes. O projeto de investigação, financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com a referência PTDC/DIR-DCP/28120/2017, passa a ser sumariamente apresentado, com a tónica sobre a informação que nos permitiu chegar a este manual.

2.1 ENQUADRAMENTO DO PROJETO

O projeto *Looking at Crime – Communities and Physical Spaces* (LookCrim) assenta na ideia de triangular/articular de forma integrada **três vértices referentes a diferentes informações**, com

proveniência também distinta, a respeito do crime no Centro Histórico do Porto:

- O vértice relativo aos dados de **autorrelato**, através dos questionários – Diagnóstico Local de Segurança (DLS) e Diagnóstico do Meio Escolar (DME);
- O vértice dos **espaços físicos**, com dados referentes à observação das características desses locais;
- O vértice das **estatísticas oficiais**, respeitante aos dados registados pelo Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública.

Passamos à breve exposição do que se desenvolveu em cada um destes vértices, para que melhor se compreendam os caminhos que nos levaram a concluir por práticas adaptadas de prevenção criminal.

Estes três vértices a considerar na análise/avaliação da área urbana em causa integram os pontos que passam a expor-se, sob a perspectiva da técnica usada para a recolha de dados e da proveniência dos mesmos.

2.2 DIAGNÓSTICO LOCAL DE SEGURANÇA (DLS)

O vértice referente à informação obtida junto da população local e mediante resposta a questionários, por autorrelato, inclui o diagnóstico local de segurança (DLS), que aqui se apresentará enquanto questionário (Sani & Nunes, 2013b) e que possibilitou a recolha de dados através das cinco partes que compõem o instrumento.

Efetivamente, e após a apresentação anteriormente feita ao racional teórico subjacente aos designados DLS, facilmente se compreenderá o imperativo de uma primeira parte referente aos dados sociodemográficos das pessoas inquiridas, seguida de uma segunda parte relativa à informação sobre a perceção de segurança ou insegurança por parte da população local, inquirindo os/as participantes acerca

do que sentem quanto ao crime, à (in)segurança e ao medo do crime na área urbana em análise. Ainda focando a zona em estudo, os/as participantes são questionados sobre as condições que considerariam adequadas para aumentar a segurança e a qualidade de vida nessa região. Numa terceira parte, abordam-se as questões respeitantes a eventuais situações de vitimação, vividas pela própria pessoa ou, pelo contrário, vividas por terceiras pessoas, mas do conhecimento da própria. A quarta parte centra-se, essencialmente, na perceção das populações quanto às forças de controlo social formal, designadamente aos agentes policiais e da sua atuação. A quinta, e última, parte do questionário remete para o envolvimento comunitário e para os sentimentos de pertença comunitária eventualmente sentidos pela população.

2.3 DIAGNÓSTICO DO MEIO ESCOLAR (DME)

O Diagnóstico do Meio Escolar (DME) (Nunes, Caridade & Sani, 2013) constitui outro dos instrumentos usados para obter informações por autorrelato, estando nós ainda no mesmo vértice do diagnóstico local de segurança (DLS). Trata-se de um questionário que procede ao levantamento de informações referentes ao funcionamento da escola e respetiva envolvente, através do inquérito dirigido aos profissionais de ensino (professores e não professores).

Também este instrumento possui uma primeira parte relativa aos dados sociodemográficos, a que se seguem os dados da pessoa inquirida e do estabelecimento de ensino/agrupamento escolar. Seguidamente, passa-se à parte respeitante ao meio físico envolvente da escola, procurando perceber-se o enquadramento espacial, social e cultural do estabelecimento de ensino para, depois, se procurar indagar acerca do funcionamento interno da escola e das suas interações com o exterior e a comunidade. O questionário termina com uma outra parte sobre as características/comportamentos dos alunos.

2.4 ESTATÍSTICAS OFICIAIS

É certo que o crime, registado ou não, deve ser alvo de estratégias preventivas, com envolvimento dos poderes centrais e, sobretudo, locais. Muito embora os registos oficiais das ocorrências criminais deixem de fora muitos crimes que acabam por nunca ser reportados às autoridades, não será menos garantido que, ainda assim, tais registos merecem a nossa atenção.

Atendendo a uma perspetiva holística e integrante do carácter multifacetado e multissistémico do crime, importa complementar o autorrelato descrito nas secções 2.1 e 2.2 e pertencente a um dos vértices de análise com um outro vértice focado nos registos estatísticos oficiais do crime e da sua ocorrência e caracterização. Assim, procurou-se uma análise que considerasse essas estatísticas oficiais, que contrastam com os dados de autorrelato. Para tal, contou-se com o apoio e a colaboração do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, que, gentilmente e em regime de entidades parceiras cooperantes com o estudo, forneceu os registos correspondentes ao Centro Histórico do Porto referentes aos anos de 2015 a 2020.

Tais dados foram, então, tratados por forma a obtermos resultados dos registos em função da estação do ano, do local da ocorrência, da tipologia de crime, da hora do dia/noite de registo, etc. Por outro lado, houve a oportunidade de, numa análise integrada, após criada uma base de dados curada, se passar ao cruzamento de diversas variáveis de diferentes tipos e provenientes de várias fontes. Afinal, interessava aqui analisar o crime por autorrelato, num dos vértices, o crime reportado às autoridades, num outro vértice, e, no terceiro vértice do triângulo já mencionado, os espaços onde se registaram tais registos oficiais e crimes autorreportados.

2.5 ANÁLISE ESPACIAL

Considerando o mesmo foco sobre a multifacetada e multissistêmica vertente do fenómeno criminal e atendendo à dinâmica possível de extrair desta triangulação de dados, procurou-se desenvolver uma análise comunitária capaz de caracterizar as ocorrências criminais naquele contexto específico, sob as perspetivas do crime reportado às autoridades e do crime que caiu nas designadas cifras negras, bem como caracterizar e sinalizar os espaços onde se verificava a ocorrência de crime.

Portanto, o vértice dos espaços e da sua análise é essencial, nomeadamente quando se percebe que, como anteriormente referido, as características espaciais têm forte impacto nos comportamentos das pessoas e nas dinâmicas sociais que se observam em áreas tão especiais como os centros das grandes cidades.

Ora, para tal análise, com base na técnica da observação, houve necessidade de aplicar uma grelha de registos, previamente construída e testada (Nunes & Caridade, s.d.) e baseada nos princípios dos designados CPTED (sigla americana para a Prevenção Criminal através do Espaço Construído) e nas propriedades espaciais identificadas em estudos empíricos como sendo potenciadoras do crime e propiciadoras da oportunidade para a sua ocorrência. Tal grelha serviu depois de base para a construção de uma aplicação informática que permitiu o registo sistemático e homogéneo das observações espaciais feitas pela equipa. Assim se concluiu o terceiro vértice do triângulo que norteou o projeto, cujo desenvolvimento se processou conforme o esquema da **Figura 2.1**.

CAPÍTULO 3

INTERVIR PARA PREVENIR

Neste capítulo são apresentadas ideias e sugestões que, baseadas nos resultados obtidos e inspiradas nas conclusões alcançadas pelo projeto LookCrim, poderão constituir boas práticas a diversos níveis e nos diferentes enquadramentos da comunidade, desde logo, aos níveis comunitário e institucional, populacional e espacial, num registo que abarque os níveis de análise desenvolvidos no projeto. Agir a estes níveis para, de facto, prevenir o crime é o que se propõe, mediante a apresentação de sugestões concretas.

3.1 INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

A avaliação feita através da recolha e da análise de dados a nível comunitário, atendendo à perceção da população, em geral, e de profissionais do ensino, e analisando os registos oficiais do crime, os espaços e respetivas características, permite que se apresentem práticas a adotar para melhor se prevenir o crime e aumentar a segurança e respetiva perceção na área urbana estudada. Para melhor se perspetivar o conjunto de sugestões, apresentam-se na **Figura 3.1** os diferentes objetivos traçados nos vários níveis já mencionados.

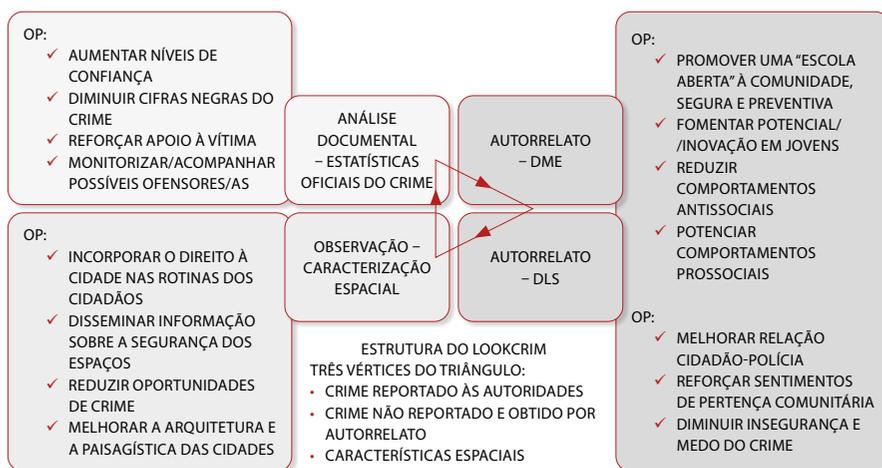


FIGURA 3.1 – OBJETIVOS DE PREVENÇÃO (OP)/FONTES EM ANÁLISE

3.1.1 A POPULAÇÃO

A população inquirida, quer através do Diagnóstico Local de Segurança (DLS) quer pelo questionário de Diagnóstico do Meio Escolar (DME), ofereceu dados que conduziram à extração de resultados conducentes a conclusões no sentido de implementar determinadas práticas adequadas à comunidade em análise.

Nomeadamente, considerando os resultados obtidos através do DME (realizado nas diversas escolas que integram o Centro Histórico do Porto), disseminados junto da comunidade científica (por exemplo, Caridade et al., 2019; Caridade, Dinis, Sani, Nunes & Azevedo, 2020a; Caridade, Sousa & Dinis, 2020b), conseguimos extrair um conjunto de indicadores que deverão fundamentar as **intervenções em meio escolar** desta área específica e com possibilidade de adaptação a áreas urbanas semelhantes. Apresentam-se os seguintes:

- Adotar uma abordagem multifatorial na avaliação de riscos e necessidades interventivas em meio escolar, através, por exemplo, dos procedimentos seguintes:
 - Promover **contacto intraescolas**: direção e profissionais;

- Reunir e programar **sessões de formação com foco na sensibilização**/capacitação para avaliar o risco e intervir/ prevenir, mediante a identificação de “bandeiras vermelhas” (*red flags*) para situações de elevado risco;
- Munir as escolas de regulamentos internos que incluam **protocolos de gestão de situações de risco**;
- Apoiar os profissionais na **identificação de necessidades e de recursos próprios**;
- Assentar a intervenção em abordagens holísticas e sistémicas, atuando nos diferentes níveis do modelo ecológico de Bronfenbrenner (2005). A intervenção em problemáticas como o absentismo, as incivildades ou os comportamentos disruptivos e antissociais pressupõe que os planos de intervenção não se circunscrevam aos/às alunos/as, mas englobem também a escola, a família e a comunidade em que estes agentes se inserem, pelo que se podem sugerir as seguintes práticas:
 - Realizar **assembleias anuais**, no início do ano, para transmitir normas regulamentares e disciplinares da escola a todos, principalmente a encarregados de educação;
 - Promover o **empowerment das famílias**, bem como dos/as profissionais de outros espaços frequentados pelos/as jovens, no sentido de se saber como agir adequadamente em situações de risco/conflito;
 - Criar **planos anuais de atividades** com direto e ativo envolvimento de todos/as os/as aluno/as, de forma a criar oportunidades de diálogo e de envolvimento dos/ das jovens e crianças;
 - Gerar momentos anualmente definidos para envolver simultaneamente aluno/a, encarregado de educação e comunidade em atividades de interesse e em **espaços de debate** sobre temas sugeridos pelos próprios. Esta ação conduz imediatamente à seguinte;

- Estreitar a relação entre alunos e encarregado de educação, entre estes e a escola e também os agentes de autoridade local, promovendo-se momentos de **participação ativa dos agentes locais** (políticos e policiais) na escola, bem como a realização de atividades passíveis de suscitar interesse nos jovens (por exemplo, demonstração de interação entre agente policial e cão treinado para situações de perigo);
- Promover o envolvimento de encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos/as filhos/as (ou educandos/as), especificamente mediante as ações que se seguem:
 - Criar momentos de partilha (por exemplo, **grupos de autoajuda constituídos por encarregados de educação** de cada escola, com o intuito de trocarem impressões sobre o que terão em comum);
 - Estabelecer/definir um programa, sempre sob supervisão/ /suporte técnico, de educação/capacitação parental, que poderá contribuir para **dinamizar ainda mais as famílias para o envolvimento nas atividades escolares**, bem como para a realização de atividades conjuntas com os/as alunos/as, dentro e fora do contexto escolar;
 - Desenvolver **redes de apoio a/entre encarregados de educação**, como estratégia para fomentar a participação efetiva na tomada de decisões referentes à melhoria das condições da escola.
- Providenciar e **diversificar iniciativas**, através das quais os/ /as alunos/as terão a oportunidade de ampliar o conhecimento académico e de explorar novos tópicos, desenvolvendo habilidades sociais, empáticas, de gestão relacional e emocional, de gestão de recursos (monetários, por exemplo) e de competências cívicas;
- Ponderar a inclusão e/ou o reforço em ambiente escolar de outras áreas de atuação, como a psicologia e a criminologia, para que possam, de forma articulada, intervir na

implementação de estratégias de prevenção precoce no âmbito do comportamento disruptivo e antissocial, enquanto caminho mais promissor para a prevenção da criminalidade na idade adulta, estimulando a resiliência dos/as alunos/as;

- Privilegiar a **perspetiva inclusiva de todos os intervenientes na vida escolar**, estimulando a sua capacidade de reconhecimento das individualidades inerentes a cada pessoa, no sentido de uma maior aceitação e inclusão de todos;
- De modo a manter a escola sob permanente foco de atenção, **criar, para cada estabelecimento de ensino/agrupamento, um gabinete – Observatório de Comportamentos e Condições Escolares – com uma equipa multidisciplinar**, no mínimo contando com técnicos/as das áreas de psicologia, criminologia, e serviço social, cujas tarefas passarão por vigiar, analisar, sinalizar e mobilizar os meios de intervenção, atempada e adequadamente, em diferentes situações e especificidades.

Evidentemente, impõe-se a apresentação do que foi possível extrair do questionário de DLS, administrado naquela área urbana e junto daquela comunidade, pelo que passamos a expor algumas das ideias que nos parecem constituir **boas práticas**:

- Promover iniciativas comunitárias para fortalecer os laços entre as pessoas e a sua área de residência/trabalho/estudo, com o objetivo de aumentar o controlo social informal, por exemplo, através de ações como:
 - Criar **momentos de convívio em datas relevantes** para a população local celebrar;
 - Organizar **assembleias de moradores/as**, à semelhança do que já se vai fazendo nas designadas Assembleias de Freguesia, enfatizando o imperativo de partilhar ideias

e propor novas iniciativas a ser implementadas em horário não laboral;

- Promover a **votação em pessoas significativas para a comunidade** (por exemplo, residentes ou comerciantes no local há muito tempo e com robusto conhecimento da comunidade), **que seriam geradoras de pontes de ligação entre as pessoas** e dinamizadoras de ações unificadoras e de resolução de dificuldades comuns;
- Dinamizar e envolver todos os membros em **assembleias comunitárias, de periodicidade anual ou semestral**, para identificar fragilidades e encontrar soluções conjuntas e úteis à comunidade;
- Recolher informação sobre a perceção de segurança e as experiências de vitimação da população com regularidade (por exemplo, anualmente e em regime de avaliação-reavaliação), com vista à adaptação e à atualização permanente das políticas públicas e dos procedimentos de segurança, atendendo sempre à realidade da população residente, em cada momento, principalmente através de ações como:
 - Criar, juntamente com o poder local e nas suas instalações (por exemplo, Assembleia de Freguesia), um **gabinete que constituísse uma espécie de observatório permanente do fenómeno da criminalidade local**;
 - Realizar **reuniões anuais entre a equipa do observatório referido e os poderes locais** – político e policial –, a fim de melhor se concluírem as medidas a ajustar e a aplicar em cada ano;
- Incentivar a comunidade a envolver-se, dinâmica e proativamente, com os/as agentes de segurança, num registo comportamental de cooperação e corresponsabilidade, especificamente através de:
 - **Ações de sensibilização dirigidas à comunidade**, face à denúncia de ocorrências criminais, de forma a aumentar a congruência entre os dados recolhidos em contexto

de investigação científica e os registos oficiais das forças de segurança;

- **Disseminação de informação relativa a fatores de risco**, individuais e situacionais, relativamente a experiências de vitimação, bem como a aspetos e medidas promotoras de segurança local;
- **Divulgação dos recursos ao dispor da população**, com vista à denúncia de ocorrências criminais, bem como de treino de competências relativas à utilização dos mesmos.
- Capacitar e empoderar a população no que diz respeito à manutenção da sua segurança, através da divulgação de informação sobre estratégias eficazes e boas práticas, como:
 - **Campanhas de sensibilização sobre segurança pessoal e comunitária**, com recurso aos métodos tradicionais e às tecnologias de informação e comunicação;
 - **Workshops de autodefesa para a população residente**;
- Medidas relativamente ao apoio de potenciais vítimas e ao acompanhamento de potenciais pessoas ofensoras, através de:
 - **Criação de grupos de trabalho com profissionais de instituições locais**, da área da violência doméstica e da delinquência juvenil, com vista ao desenvolvimento de ações comunitárias de sensibilização sobre a violência em geral e respetivos impactos;
 - **Criação de grupos de trabalho com profissionais de instituições locais**, no sentido de se refletir sobre as práticas vigentes, de sinalização, monitorização e acompanhamento de jovens com conduta antissocial, no sentido de otimizar a efetividade e facilitar o trabalho desenvolvido pelas entidades competentes;
 - **Criação e implementação de programas dinamizados pelas forças de segurança**, que, à semelhança do programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, promovam

medidas e comportamentos de autoproteção e de evitamento face à exposição ao risco de vitimação junto da população em geral.

A população local apresentou os seus pontos de vista e as suas percepções, relativamente a aspetos relacionados com antissocialidade, segurança e criminalidade, quer da perspetiva do/a cidadão/ã comum quer da perspetiva do/da profissional ligado/a ao ensino. No que diz respeito a tais elementos, importa não esquecer os resultantes do estudo desenvolvido sobre as estatísticas oficiais do crime naquela mesma área urbana.

3.1.2 OS REGISTOS OFICIAIS DO CRIME – DO CONTROLO FORMAL E INFORMAL

Das análises realizadas aos dados referentes ao crime reportado oficialmente naquela área urbana, foi possível obter resultados conducentes às **sugestões** que passamos a apresentar:

- Reconhecer a sub-representação dos dados criminais (isto é, segurança e criminalidade), atendendo a que se verifica um número muito considerável de casos que, não sendo oficialmente reportados, se diluem nas designadas “cifras negras”. Para tal, podem sugerir-se algumas medidas concretas:
 - Organizar **seminários anuais em que se cruzem os dados provenientes das forças policiais e do Ministério da Administração Interna com os obtidos por estudos de autorrelato desenvolvidos pelos/as investigadores/as da área;**
 - Criar uma **base de dados curada que integre todos os dados obtidos oficialmente e os conseguidos por autorrelato**, com a colaboração de instâncias como a Polícia de Segurança Pública, o Ministério da Administração Interna e os investigadores desta área científica;

- Incluir variáveis sociodemográficas, nomeadamente nos formulários de registo, oficiais e de organizações dedicadas às questões do crime e da vitimação, como idade, género, estado civil, habilitações literárias, profissão, nacionalidade, naturalidade, residência, entre outras que se considerem relevantes, se possível quanto à vítima e ao ofensor, ainda que esta informação permaneça como não disponível para o público em geral e o acesso à mesma requeira autorização prévia. Desta forma, obtém-se informação complementar que conduza à organização de **estratégias** como:
 - Promoção de **ações de (in)formação de populações específicas** – *empowerment* –, estrategicamente selecionadas e agrupadas (por exemplo, em função da faixa etária ou género), com vista a dar o máximo conhecimento sobre eventuais situações de risco para a exposição a vitimação e dotar as pessoas de competências para evitar tal exposição. Trata-se de uma medida já sugerida a propósito dos designados DLS e que, neste contexto de conhecimento dos números do crime e da vitimação, também se justifica;
 - Realização e implementação de **programas de apoio às populações**, atendendo às especificidades que possam estar a vulnerabilizá-las, também em alinhamento com o proposto na sequência dos diagnósticos locais de segurança (DLS), agora com base no conhecimento das cifras oficiais e negras;
- Assegurar as características fundamentais das fontes, de forma a dotá-las de uma espécie de linha/variável comum para mais facilmente se gerarem pontos comparáveis, atendendo aos **critérios** seguintes:
 - **Universalidade**, no sentido de quem reúne a informação assumir o compromisso de recolher e registar todos os incidentes;

- **Periodicidade** previamente definida, que permita comparações no tempo e no espaço, o que nos remete para o item seguinte;
- **Simultaneidade**, em que as informações devem permitir o cruzamento no espaço e no tempo;
- **Individualidade**, isto é, atender às idiosincrasias de cada crime espelhando-as nas fontes (por exemplo, reincidência nos casos de violência doméstica).

3.1.3 OS ESPAÇOS

No que aos espaços diz respeito, e atendendo ao impacto que as suas características podem ter nos comportamentos, especificamente em termos de conduta antissocial e criminal, foi possível obter resultados conducentes às sugestões que passamos a apresentar:

- Promover a **sensibilização/capacitação das forças de segurança para a identificação de características espaciais potenciadoras do crime**, através de ações:
 - De (in)formação no sentido de que sejam plenamente conhecidos os princípios subjacentes à abordagem CPTED (Prevenção Criminal através do Espaço Construído), bem como sobre os indicadores que caracterizam os espaços onde se verifica a possível potenciação de ocorrência criminal;
 - Em que se divulga o conhecimento de como usar a aplicação informática para registo de tais características, mediante o sistema de codificação adotado para a ferramenta informática.
- Promover a **identificação das zonas de maior risco de criminalidade/vitimação**, procurando repensar a forma de adequar o desenvolvimento de controlo social formal nesses locais;

- Investir/incentivar o **investimento, por parte das autoridades locais (autarquia), no cuidado e na manutenção dos espaços públicos/comuns à comunidade**, desencorajando as práticas antissociais/delinquentes, especificamente através de medidas como:
 - Manter jardins limpos e vegetação podada e devidamente controlada, de modo a dar sempre visibilidade ao local, facilitar a sua vigilância e evitar que se tornem locais onde se ocultem práticas social/legalmente inadequadas;
 - Manter arbustos e cercas com altura baixa, desimpedindo a linha de visão, a partir do interior de edifícios e também do seu exterior, possibilitando e fomentando o controlo social formal e informal;
 - Manter a limpeza nas ruas, parques, etc., evitando também os designados grafitis indesejados eliminando rapidamente os existentes;
 - Manter sempre os espaços bem iluminados, atendendo especialmente às entradas/saídas de edifícios, aos parques e jardins e aos parques de estacionamento, de forma a ter uma linha de visão desimpedida;
 - Localizar estrategicamente os contentores do lixo e outros equipamentos públicos, com o objetivo de impossibilitar que estes deem origem a esconderijos e oportunidades para práticas antissociais/delituosas.
- Criar ou expandir uma “esfera de influência” sobre determinadas áreas da comunidade, através da **implementação de projetos sobre os espaços físicos, promovendo na comunidade e nos/as cidadãos/ãs o desenvolvimento de um sentimento de pertença e de propriedade** que os levará a melhor cuidar e vigiar tais espaços, designadamente pelo desenvolvimento de ações como:
 - Fazer manutenção regular do estado de ruas e passeios;
 - Fazer a manutenção regular de todos os espaços públicos, lúdicos ou não;

- Manter bem distribuída a sinalética indicadora de direções e de locais de interesse.
- Manter claramente definidos os **limites entre propriedade pública e privada**, nomeadamente através da promoção de medidas como:
 - Recurso a limites/barreiras físicas, como arbustos devidamente distribuídos e controlados, cercas, muros, etc.;
 - Uso de passadeiras/passarelas, iluminação adaptada, sinalética, bem como elementos orientadores de pessoas e veículos, de e para as entradas adequadas.
- No que aos **espaços/estabelecimentos comerciais** diz respeito, importa atender particularmente às seguintes **medidas**:
 - Localizar a **recepção à entrada do estabelecimento/ espaço**, de modo a aumentar o controlo social formal;
 - Manter o/a rececionista com **ângulo de visão alargado e desobstruído** e, se possível, fornecer-lhe um meio rápido e prático de pedir ajuda, em caso de necessidade (por exemplo, “botão de pânico”);
 - Recorrer a **dispositivos de vigilância e monitorização eletrónica**;
 - Manter a **melhor iluminação possível** sobre o estabelecimento/espaço, em todas as horas do dia e sobretudo durante a noite;
 - Investir na **manutenção cuidada do estabelecimento/ espaço, da calçada e do estacionamento**;
 - Manter as melhores **condições de higiene e limpeza**;
 - **Localizar estrategicamente as áreas de cargas/descargas**, de forma a evitar zonas de confinamento e de esconderijo;
 - Localizar **recepções e pontos de checkout visíveis do lado de fora e de onde os/as funcionários/as possam observar a atividade do estabelecimento/espaço**, que, se necessário, deverá contar com dispositivos de

vigilância eletrónica a complementar a observação pelos/
/as funcionários/as;

- Optar por **horários semelhantes aos dos estabelecimentos/espços comerciais circundantes**;
- **Evitar o trabalho por turnos solitários** (com apenas um/a funcionário/a de serviço).
- Promover **atividades e eventos que reforcem a ligação das pessoas aos espaços e a sua circulação**, de modo a aumentar o controlo social informal;
- Promover ações que envolvam as autoridades locais, policiais e políticas, como:
 - Considerar a **circulação de carros-patrolha** em locais com características físicas difíceis de alterar e que possam potenciar a ocorrência de crime;
 - Ter em consideração os **princípios básicos dos CPTED**, bem como o parecer das autoridades locais, a respeito de alguns pormenores de construção/recuperação de edifícios.

NOTAS CONCLUSIVAS

Apresentadas que foram as práticas que, do nosso ponto de vista, poderão tornar efetiva a ponte colaborativa entre a ciência e os poderes locais, importa salientar a pertinência de atender ao que foi sendo construído com base nos resultados e nas conclusões decorrentes do projeto LookCrim, ao longo dos seus três anos de desenvolvimento.

Especificamente, a nível dos vértices estruturais do projeto – estatísticas oficiais, autorrelato e características espaciais –, é fulcral que se atenda ao impacto significativo e nefasto dos diferentes tipos de crime, bem como dos diversos tipos de vítima. De salientar ainda o papel fundamental dos cidadãos/ãs enquanto agentes de mudança e, simultaneamente, beneficiários/as da mesma.

Considerando tudo quanto foi apresentado e atendendo ao carácter multidisciplinar do próprio projeto e, porque não afirmá-lo, das medidas entretanto sugeridas, torna-se central dar uma continuidade útil e pragmática ao projeto, mediante o (re)pensar de um projeto de intervenção que implemente as medidas anteriormente propostas e resumidas no esquema que se segue.

DIAGNÓSTICO LOCAL DE SEGURANÇA

Recomendações

- Ações encorajadoras de condutas prossociais
- Incremento de riscos para quem o cometa
- Atenção às áreas comuns e comunitárias
- Reinserção social

Plano integrado

- Levantamento local do fenómeno criminal
- Identificação dos atores sociais relevantes
- Estabelecimento de contactos conducentes a troca de informação

Etapas/tarefas

- Definição da natureza, tipologia de crime, fatores, objetivos, tempo disponível, ações
- Inclusão de diversos/as atores/atrizes sociais
- Atenção à relevância de relações
- Consideração de prevenção de diversos níveis

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Em meio escolar

- Contacto intraescolares
- Sessões de formação para sensibilização
- Protocolos de gestão de situações de risco
- Identificação das necessidades e recursos próprios
- Assembleias anuais
- *Empowerment* das famílias
- Planos anuais de atividades
- Espaços de debate
- Participação ativa dos agentes locais
- Grupos de autoajuda constituídos por encarregados de educação
- Dinamização das famílias no envolvimento das atividades escolares
- Redes de apoio a/entre encarregados de educação
- Diversificação das iniciativas
- Implementação de estratégias de prevenção precoce no âmbito do comportamento disruptivo e antissocial
- Perspetiva inclusiva de todos os intervenientes na vida escolar
- Criação para cada estabelecimento de ensino/agrupamento, um gabinete – Observatório de Comportamentos e Condições Escolares – com uma equipa multidisciplinar

No apoio às potenciais vítimas e no acompanhamento às potenciais pessoas ofensoras

- Criação de grupos de trabalho com profissionais de instituições locais
- Criação e implementação de programas dinamizados pelas forças de segurança

Nos espaços/estabelecimentos comerciais

- Receção à entrada do estabelecimento/espaco
- Ângulo de visão alargado e desobstruído
- Meio rápido e prático de pedir ajuda (botão de pânico)
- Dispositivos de vigilância e monitorização eletrónica
- Melhor iluminação possível
- Manutenção cuidada do estabelecimento/espaco, da calçada e do estacionamento
- Condições de higiene e limpeza
- Localização estratégica das áreas de cargas/descargas
- Receções e pontos de *checkout* visíveis do lado de fora e de onde os/as funcionários/as possam observar a atividade do estabelecimento/espaco
- Horários semelhantes aos dos estabelecimentos/espacos comerciais circundantes
- Evitar o trabalho por turnos solitários

No meio comunitário

- Momentos de convívio em datas relevantes
- Assembleias de moradores/as
- Votação em pessoas significativas para a comunidade
- Assembleias comunitárias, de periodicidade anual ou semestral
- Criação de um gabinete que constituísse uma espécie de observatório permanente do fenómeno da criminalidade local
- Reuniões anuais entre a equipa do observatório referido e os poderes locais
- Ações de sensibilização dirigidas à comunidade
- Disseminação de informação relativa a fatores de risco
- Divulgação dos recursos ao dispor da população
- Campanhas de sensibilização sobre segurança pessoal e comunitária
- Workshops de autodefesa para a população residente

Nos espaços comuns

- Sensibilização/capacitação das forças de segurança para a identificação de características espaciais potenciadoras do crime
- Identificação das zonas de maior risco de criminalidade/vitimização
- Investimento (pelas autoridades locais, autarquia) no cuidado e na manutenção dos espaços públicos/comuns à comunidade
- Implementação de projetos sobre os espaços físicos, promovendo na comunidade e nos/as cidadãos/ãs o desenvolvimento de um sentimento de pertença e de propriedade
- Limites entre propriedade pública e privada
- Atividades e eventos que reforcem a ligação das pessoas aos espaços e a sua circulação
- Circulação de carros-patrolha
- Princípios básicos dos CPTED (Prevenção Criminal através do Espaço Construído)

No controlo formal e informal do crime

- Seminários anuais em que se cruzem os dados provenientes das forças policiais e do MAI, com os obtidos por estudos de autorrelato desenvolvidos pelos/as investigadores/as da área
- Base de dados curada que integre todos os dados obtidos oficialmente e os conseguidos por autorrelato
- Ações de (in)formação de populações específicas – *empowerment*
- Programas de apoio às populações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas, R. (2008). Getting started. In R. Atlas (Coord.), *21st century security and CPTED. Designing for critical infrastructure protection and crime prevention* (pp. 9-16). New York: CSC Press.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions Droz.

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Caridade, S., Dinis, M. A. P., Sani, A., Nunes, L. M. & Azevedo, V. (2020a). School personnel perception of parental involvement and students' behavior problems: Practical implications. *Education and Urban Society*. doi: 10.1177/0013124520950335.

Caridade, S., Nunes, L., Sani, A., Gonçalves, M. J., Oliveira, Rodrigues, C., A. & Xavier, M. (2019). Análise do meio escolar na perspetiva dos agentes educativos: características, dinâmicas e condutas. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 19, 67-89.

Caridade, S., Sousa, H. F. P. & Dinis, M. A. P. (2020b). The mediating effect of parental involvement on school climate and behavior problems: School personnel perceptions. *Behavioral Sciences*, 10(8), 1-14. doi: 10.3390/bs10080129.

Chainey, S. & Ratcliffe, J. (2013). *GIS and crime mapping*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Cohen, L. & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608. doi: 10.2307/2094589.

Direção-Geral de Administração Interna [DGAI]. (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Emsley, C. (2021). *A short history of police and policing*. Oxford: Oxford University Press.

Fischer, R. & Green, G. (2004). *Introduction to security*. (7th ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.

Jeffery, C. (1977). *Crime Prevention through Environmental Design*. Beverly Hills: SAGE.

Jeffery, C. (2000). CPTED: Past, Present, and Future. *ICA Newsletter*, 3(1-2). Consultado em: http://www.cpted.net/resources/Documents/ICA%20Resources/Newsletters/Perspectives_V03_17_Abril%202000.pdf [acedido em 26/07/21].

Lane, R. (2003). Polícia urbana e crime na América do século XIX. In M. Tonry & N. Morris (Coords.), *Policiamento moderno* (pp. 11-64). São Paulo: EDUSP.

Legrand, T. & Bronitt, S. (2012). Policing to a different beat: Measuring police performance. In T. Prenzler (Coord.), *Policing and security in practice. Challenges and achievements* (pp. 1-19). New York: Palgrave Macmillan.

Mawby, R. (2000). Core policing: The seductive myth. In F. Leishman, B. Loveday & S. Savage (Coords.), *Core issues in policing* (2nd ed.; pp. 107-123). Harlow: Pearson.

Mawby, R. (2011). Models of policing. In T. Newburn (Coord.), *Handbook of policing* (2nd ed.; pp. 17-46). New York: Willan.

Miller, L., Hess, K. & Orthmann, C. (2011). *Community policing: Partnerships for problem solving*. New York: Delmar Cengage Learning.

Monet, J.-C. (2006). *Polícias e sociedades na Europa* (2.^a ed.). São Paulo: Edusp.

Murray, C. (1983). The physical environment and community control of crime. In J. Wilson & J. Petersilia (Coords.), *Crime and Public Policy* (pp. 107-122). San Francisco: Institute for Policy Studies.

Newburn, T. (2008). The future of policing. In T. Newburn (Coord.), *Handbook of policing* (2nd ed.; pp. 824-840). New York: Willan.

Newman, O. (1972). *Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design*. New York: Macmillan.

Nunes, L. (2016). Diagnóstico Local de Segurança. In R. Maia, L., Nunes, S. Caridade, A. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes & L. Afonso (Coords.), *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade* (pp. 171-172). Lisboa: Sílabo.

Nunes, L. & Caridade, S. (s.d). *Grelha de Registo de Observações – Prevenção do Crime pela Gestão de Espaços (PCGE)*. Não publicado.

Nunes, L., Caridade, S. & Sani, A. (2013). Diagnóstico do Meio Escolar/Questionário para Profissionais. In A. Sani & S. Caridade (Coords.), *Violência, agressão e vitimação: práticas para a intervenção* (pp. 309-320). Coimbra: Almedina.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2004). *Promovendo a prevenção ao crime – Diretrizes e projetos selecionados*. ONU – Escritório Contra Drogas e Crime.

Consultado em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_crime/Publicacoes/Promovendo_final.pdf [acedido em 26/07/21].

Prislan, K. & Lobnikar, B. (2019). Modern trends in policing: Public perceptions of the preferred policing models in Slovenia. *Revija za kriminalistiko in kriminologijo*, 70(5), 483-500.

Rawlings, P. (2011). Policing before the police. In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing* (2nd ed.; pp. 47-71). New York: Willan.

Reiss, A. (2003). Organização da polícia no século XX. In M. Tonry & N. Morris (Coords.), *Policamento Moderno* (pp. 65-114). São Paulo: EDUSP.

Sani, A. & Nunes, L. (2013). Questionário de Diagnóstico Local de Segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 2(31), 185-195.

Saville, G. & Cleveland, G. (2008). Second Generation CPTED – the rise and fall of opportunity theory. In R. Atlas (Coord.), *21st century security and CPTED. Designing for critical infrastructure protection and crime prevention* (pp. 79-90). New York: CSC Press.

United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC]. (2008). *Strengthening prevention of urban crime: An integrated approach. UN ECOSOC Resolution 2008/24*. Compendium of United Nation standards and norms in crime prevention and criminal justice. New York: United Nations.

Villiers, P. (2009). *Police and policing: An introduction*. Hampshire: Waterside Press.

Conheça-nos, clicando na imagem

